



# RELATO INSTITUCIONAL



# fef

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL  
DE FERNANDÓPOLIS



# RELATO INSTITUCIONAL

O relatório a seguir atende a nota técnica CGACGIS/INEP/DAES/CONAES nº 14 de 2014 e nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 062 de 2014.

## 1. BREVE HISTÓRICO

A criação da primeira faculdade no município era uma necessidade e a sociedade já se mobilizava para incentivar a instalação de cursos superiores no município, conforme destaque do jornal Folha de Fernandópolis (1974) que enfatizava sobre a relevância do município em outros aspectos e a ausência de ensino superior, fato que causava desconforto nos pais por terem que enviar seus filhos para outras cidades, em viagens de ônibus por rodovias repletas de riscos e cada vez mais perigosas.

Fernandópolis, cidade do atual Noroeste Paulista, em 1974, já contava com mais de 43 mil habitantes. Mesmo de ocupação recente, resultado da união das vilas Brasilândia (fundada em 1938) e Pereira (fundada em 1939). A cidade onde está localizada a FEF em meados da década setenta já era uma das mais relevantes economicamente da região. Entretanto, até aquele momento seus moradores não contavam com uma instituição de ensino superior local. Como o retratado na imprensa local, os habitantes que desejassem cursar ensino superior tinham que se deslocar para as cidades vizinhas.

Apesar de ainda não ter instituições de ensino superior, Fernandópolis tinha universitários. Em julho de 1968 foi realizada a Primeira Semana Universitária de Fernandópolis. Durante o mês das férias escolares, os universitários fernandopolenses organizaram um evento com apresentações teatrais, conferências sobre temas variados e realizavam jogos esportivos que reuniam estudantes de graduação de dezenas de instituições de todo o Estado de São Paulo.

Antes de existir a FEF (mantenedora) e as FIFE (mantida), nas cidades próximas a Fernandópolis foram criadas instituições de ensino superior, o que fez com que diferentes moradores de Fernandópolis tivessem que se deslocarem todos os dias para conquistar um diploma de graduação. A realização das semanas universitárias também tinha um peso: existia uma demanda pelo ensino superior que não era atendida no município.

Frente às pressões e buscando atender a expectativa

da comunidade, durante o governo municipal de Antenor Ferrari, o legislativo local em acordo com o executivo sancionaram em 25 de dezembro de 1976 a Lei Municipal nº 462, instituindo a Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF) como pessoa jurídica de direito privado.

Em 14 de julho de 1978 foi sancionada a Lei Nº 555 tratando do primeiro estatuto da FEF.

Por meio do estatuto de 1978 ficou estabelecido que a FEF fosse administrada por três órgãos: Conselho Curador; Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Curador passou a ser composto por representantes com mandato de dois anos: 2 representantes do Prefeito Municipal; dois representantes da Câmara Municipal; o diretor de cada um dos estabelecimentos de ensino mantidos pela Fundação; um representante do corpo docente de cada um dos estabelecimentos de ensino mantidos indicados pelos Centro Cívico ou pelo Diretoria Acadêmico; um representante da Associação Comercial e Industrial de Fernandópolis (indicação facultativa); um representante de cada loja maçônica de Fernandópolis; um representante do Rotary Clube de Fernandópolis; um representante do Lions Clube de Fernandópolis (indicação facultativa).

A Diretoria Executiva das FEF seria formada por Presidente, Vice-Presidente, Secretária e dois Vogais, membros eleitos dentro do Conselho Curador para mandatos de dois anos.

O Conselho Fiscal, também com mandato de dois anos, seria composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pelo Conselho de Curadores.

Em seu art. 34 o Estatuto de 1978 estabelecia que sempre que possível poderiam ser criadas bolsas de estudos para estudantes ou futuros estudantes de colégios ou faculdades mantidas pela fundação. Fato que já indicava um compromisso social com a comunidade fernandopolense e regional.

Entre fins dos anos 1970 até a primeira metade dos anos de 1980 Fernandópolis continuou crescendo em

população e serviços. Entre 1974 e 1983 a população passou de 42 mil para 49 mil habitantes, o que aumentou ainda mais a demanda local por profissionais enfermeiros. O processo CEE Nº 189/81, submetido ao Conselho Estadual de Educação contém em seu enunciado que, desde o ano de 1980, já estava em andamento a busca por aprovação do funcionamento da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia. Na data de publicação parecer estadual já estava em construção o prédio que abriga o campus das Faculdades Integradas de Fernandópolis. Contudo, a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia só foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal Nº 89.184 de 16 de dezembro de 1983, iniciando, em 1984, a primeira turma de graduandos em Enfermagem.

Com a Lei Nº 1089 de 24 de março de 1986 foi doado pela Prefeitura Municipal de Fernandópolis o terreno em que do atual campus da IES, Avenida Teotônio Vilela, Nº 1685, Campus Universitário, local onde já estava em funcionamento a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia.

Após ser organizada enquanto fundação, com estatuto aprovado, a FEF contou com a união de interesses entre o poder público e os grupos influentes da cidade. Desse modo, a mantenedora se organizou no sentido de conduzir os próximos passos na ampliação dos cursos de graduação oferecidos na cidade. Existiam outras demandas.

Em como consta nos Pareceres CEE nº 437/88 e 1095/89, desde meados de 1988 já estava em curso o processo para autorização para a instalação da Faculdade de Ciências e Letras de Fernandópolis. Em 14 de dezembro de 1989 foi publicado o decreto nº 98.555, autorizando o funcionamento dos cursos de Letras, História e Geografia. O reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação veio por como parecer CEE nº 850/92.

O contexto econômico brasileiro de fins da década de 1980 e do início dos anos 1990 trouxe uma série de desafios para a mantenedora e para as mantidas. Mediante à inflação descontrolada e à instabilidade cambial, foram necessárias ações no sentido de ampliar os serviços das faculdades. Mesmo preenchendo, praticamente, a totalidade das vagas oferecidas para os cursos das faculdades, foi necessário ampliar a quantidade de cursos oferecidos e assim atender a um público regional e buscar mais solidez financeira para as faculdades mantidas.

Por meio Lei nº 1984 de 20 de dezembro de 1994 foi sancionado o novo estatuto da FEF, que permitiu que a mantenedora pudesse transformar as suas faculdades em “Estabelecimentos de Ensino Superior Integrados”. Apenas em 1996 é que, por meio de Ato Administrativo, a unificação das faculdades foi homologada pelo conselho curador por meio da Portaria FEF nº 76/96.

Entre os novos cursos da Faculdade de Ciências e Letras temos o de Ciências Econômicas, Pedagogia autorizado em 21 de novembro 1995, por meio de decreto assinado pela Presidência da República. Também foi autorizada, naquele ano, a oferta de vagas para o curso de Farmácia pela Faculdade Enfermagem e Obstetrícia de Fernandópolis. Todos os cursos iniciaram em 1996.

A ampliação do número de cursos significou aumento do número de estudantes e de professores. A demanda por formação continuada em Fernandópolis, tanto para formar docentes para os novos cursos como para atender aos estudantes graduados influenciou diretamente na criação do Centro de Aperfeiçoamento e Pós-Graduação (CAP-FEF).

A demanda por novos cursos leva a Fundação a ampliar seu quadro: Tecnologia em Processamento de Dados, Engenharia de Alimentos e Fisioterapia. Dessa forma, investe-se mais ainda em infraestrutura física e tecnológica. Em abril de 1999, três processos foram montados e enviados ao CEE, solicitando a criação dos cursos de Ciências Biológicas – Modalidade Médica e Licenciatura, Psicologia - Formação de Psicólogos e Fonoaudiologia, todos autorizados.

O credenciamento das Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE, por transformação da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia e da Faculdade de Ciências e Letras, bem como a aprovação do seu Regimento Unificado, pela Portaria MEC nº. 3.753, de 12/12/2003, consolida a inserção da instituição de ensino superior no Sistema Federal de Ensino e põe fim a um período de instabilidade quando a Instituição não pertencia nem ao Sistema Estadual nem Federal de Ensino. E isso só foi resolvido mediante ação da Mantenedora junto à Justiça Federal.

A partir de 2001, atendendo às solicitações da Fundação Educacional de Fernandópolis – FEF, o MEC deliberou atos para a autorização de Funcionamento dos Cursos de: Sistema de Informação; Administração - Bacharelado, com a Habilitação

Marketing; Engenharia Ambiental; Ciências Contábeis; Terapia Ocupacional; Nutrição; Serviço Social; Pedagogia; Química – Licenciatura; Física - Licenciatura; Matemática - Licenciatura; Educação Física - Licenciatura; Filosofia - Licenciatura; CST em Estética e Cosmética e Comunicação Social - Habilitação Jornalismo.

Entre 2011 e 2013, a IES inicia algumas mudanças para facilitar o desenvolvimento do trabalho de todos os segmentos, para tanto, concentra toda a sua infraestrutura no Campus I. Solicita junto ao MEC autorização para a implantação do Centro Universitário, mas em seguida pede o arquivamento. Solicita ainda autorização para funcionamento do Curso de Engenharia Civil e Bacharelado em Educação Física, Arquitetura, Agrimensura e Engenharia de Produção.

A partir da implantação dos novos cursos, as Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE experimentam momentos de crescimento e evolução de desempenho muito positivos, que lhes conferem a condição de Instituição consolidada em Fernandópolis e na região e que a credenciam para pleitear um novo modelo de organização acadêmica, mais compatível com o atual estágio de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

As Faculdades Integradas dispõem de área física construída que ultrapassa os 20.000 m<sup>2</sup>, composta por edificações dotadas de todas as facilidades materiais para proporcionarem ensino de excelência.

A Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF), mantenedora das Faculdades Integradas de Fernandópolis, foi certificada pelo Ministério da Educação como Entidade Beneficente de Assistência Social por suas ações na área da filantropia.

A portaria 1.445, de 08 de dezembro de 2011, assinada pelo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, foi publicada no Diário Oficial da União em 09 de dezembro. A certificação tem validade por três anos e com validade a partir da publicação da portaria.

De acordo com a portaria, a FEF atendeu todos os requisitos exigidos pelo Decreto 2.536, de 06 de abril de 1998, que estabelece as normas para a certificação, incluindo ações de filantropia na concessão de auxílio para estudantes e de responsabilidade social e ambiental.

O trabalho de filantropia desenvolvido pela Fundação Educacional de Fernandópolis tem grande alcance regional proporcionado pelas Clínicas Integradas da FEF nas áreas de Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Nutrição, Psicologia, Estética e Cosmética, Laboratório de Análises Clínicas e Farmácia - Escola. São cerca de 40 mil atendimentos gratuitos/ano, o que coloca a FEF como referência regional nessa área.

A IES possui um Laboratório de Ensino e Brinquedoteca que realiza atendimentos às crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem e socialização.

Após um período de reorganização, as FIFE, direcionadas pela mantenedora, iniciaram uma nova fase de avanços com uma nova presidência e diretoria.

Desde 2019, a equipe gestora e administrativa, como a colaboração da equipe pedagógica, tem triplicado os esforços para transformar a IES em uma referência para a formação de profissionais do século XXI.

Entre os resultados está a abertura de dois novos cursos de graduação, o bacharelado em Direito, com programação de implantação do Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ para início em 2023 e o curso de bacharelado em Publicidade e Propaganda.

Entre 2019 e 2022 a FEF foi referencial na realização de um atendimento adequado para os estudantes durante a pandemia. Devido ao surto de Covid-19, às aulas ocorreram em formato remoto síncrono, exigindo que tanto o planejamento de trabalho como a prestação dos serviços para a comunidade de estudantes e trabalhadores da IES fossem diferenciadas. Atendendo as determinações das autoridades sanitárias, a FEF retornou suas atividades presenciais seguindo todos os protocolos.

Em 2021 foi criado o NUPEX – Núcleo de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão. O trabalho realizado por esse núcleo tem oportunizado para os estudantes, professores e coordenações um arsenal de serviços que visam uma maior qualidade da formação discente e do trabalho docente. O NUPEX conta com profissionais docentes gabaritados que coordenam a realização e registro das atividades de pesquisa, extensão e pós-graduação em quatro núcleos: Ciências e Educação; Ciências Humanas e Sociais; Saúde e Qualidade de Vida; Tecnologia, Comunicação e Artes.



### 3. PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Para as FEF/FIFE, a avaliação institucional ocupa lugar central na estrutura da Instituição, a qual tem como objetivo adequar-se à sistemática criada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Portanto, coube à Comissão Própria de Avaliação (CPA) a efetivação das novas sistemáticas de avaliação. A CPA tem como responsabilidade plantar a semente da cultura da avaliação.

É nessa concepção que as FEF/FIFE propõem o seu projeto de autoavaliação, buscando não somente avaliar as atividades acadêmicas, mas, sobretudo, atender à tríplice exigência: o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica, a melhoria do planejamento e da gestão e a prestação de contas à sociedade.

A autoavaliação é tratada na forma de ciclos avaliativos anuais. Em cada ciclo, avaliam-se todas as dimensões que compõem o processo, iniciando-se em fevereiro do ano corrente e terminando após decorridos um ano de seu início. O intuito é preservar critérios avaliativos já definidos e consolidados, que são a avaliação de várias dimensões da Instituição sob o ponto de vista das pessoas e instituições com ela envolvidas ou que de alguma forma com ela se relacionam, abrangendo, assim, os colaboradores, discentes docentes e comunidade externa.

Os resultados das avaliações institucionais realizadas são sintetizados e apresentados considerando-

se as fragilidades e potencialidades destacadas pelos avaliadores em seus respectivos relatórios finais de avaliação. São realizadas reuniões com os coordenadores de cursos, direção acadêmica e demais colegiados para discussão dos resultados, bem como, elaboração de planos de ações para busca de soluções das fragilidades apontadas.

Ao final de cada ciclo avaliativo, são produzidos relatórios nos quais são identificadas potencialidades e fragilidades na visão dos grupos avaliadores.

Esses relatórios são apresentados e discutidos, primeiramente, com os membros da CPA e depois com os setores da IES envolvidos diretamente com a avaliação. Essa última etapa é o processo de “consolidação” da avaliação interna, onde os resultados das atividades realizadas ganham solidez. É nesta etapa que acontecem as articulações com os outros instrumentos avaliativos do SINAES, bem como o debate com a comunidade acadêmica e a sociedade em torno dos resultados obtidos, propondo ações sobre as fragilidades apontadas que visem à melhoria institucional, criando as condições para o processo de avaliação externa.

Assim, a avaliação institucional das FIFE busca auxiliar a IES em seu projeto institucional, evidenciando uma necessária e coletiva reflexão sobre quem é e onde pretende chegar.

### 4. DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Todo o processo de avaliação da IES acontece no segundo semestre de cada ano. Ressalta-se que, antes de o processo começar, a IES iniciará a divulgação para toda a comunidade acadêmica por meio eletrônico. Para a melhoria desse processo e incentivo à participação discente, foi criado um grupo de docentes intitulado “professores CPA”, formado por docentes que usualmente ministram aulas na maioria das turmas do curso que estão vinculados e são responsáveis em transmitir aos discentes todas as informações referentes ao processo avaliativo, bem como os resultados deste processo. Obviamente este não é o único meio de divulgação, cabendo ressaltar que a IES se utiliza de várias estratégias de sensibilização e divulgação, que são adotadas isoladamente ou em conjunto.

A escolha das estratégias, bem como suas combinações utilizadas em cada ciclo depende da disponibilidade de recursos e dos objetivos que se deseja alcançar. Em geral, as estratégias mais frequentes são:

- Reuniões da Comissão Própria de Avaliação com os diversos segmentos;
- Divulgação dos resultados do processo avaliativo anterior, apontando providências para as fragilidades encontradas. Tal divulgação se dá através de cartazes colocados em salas de aula, acompanhados de explanação sobre os resultados, além de disponibilização de tais informações no site da FEF/FIFE;
- Divulgação, através de selos impressos

colados em locais de atuação pontual da CPA, cartazes, materiais gráficos, reuniões com professores, coordenadores, e corpo técnico-administrativos e com gestores responsáveis por serviços que são oferecidos diretamente à comunidade institucional (serviços bancários, fotocópia e impressão, cantina) sobre o papel da CPA e sua importância para os vários setores da instituição e para a instituição em sua totalidade.

• Divulgação no período próximo à avaliação sobre a importância da participação consciente dos grupos avaliadores. Isso se dá através de apresentações em salas de aula, feita pelos “professores CPA” ou por membros da CPA, fixação de cartazes e de faixas pelo campus, utilização de mídias sociais, site institucional, etc.

A partir da tabulação dos dados, é feita a análise dos resultados obtidos através dos questionários baseando-se na distribuição normal em relação às médias das variáveis analisadas. A distribuição normal, também conhecida como distribuição gaussiana, é uma curva simétrica em torno do seu ponto médio e representa o comportamento de diversos processos e fenômenos comuns, sendo usada como base para a inferência

estatística clássica.

A inferência estatística nos permite estudar o comportamento de uma população a partir das evidências fornecidas por uma amostra que, no caso da avaliação institucional aplicada na IES, é feita por estratos (docentes, discentes, técnico-administrativo e sociedade civil) e formada por aqueles elementos da população que se dispõe a responder os questionários. Trata-se, portanto, da técnica de amostragem acidental dentro de cada estrato onde o pesquisador não exerce nenhuma influência na escolha dos entrevistados.

Ao final da coleta de dados é feito um estudo para verificar se a parte da população (amostra) respondente é representativa e determina-se, então, o erro amostral.

Para encontrar as fragilidades e potencialidades da instituição determinou-se que, em cada variável, um índice maior ou igual que 60% são considerados uma potencialidade enquanto o índice complementar, menor ou igual a 40%, é considerado fragilidade e que necessita de atenção e cuidado dos setores envolvidos.

## 5. PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

A autoavaliação sob a responsabilidade da CPA, têm papel fundamental no desenvolvimento, crescimento e melhorias nas instituições e, se usadas de forma efetiva, constituem-se em importantes insumos para o planejamento de ações concretas, principalmente para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Tanto as ações de avaliação interna (autoavaliação) como externa devem realizar-se de forma combinada e complementar.

A avaliação proposta pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), internamente, resulta da coleta de dados institucionais por meio de consulta à comunidade acadêmica (Docentes, Discentes e Técnico-Administrativo) e sociedade civil.

No processo de avaliação interna, todos os discentes, docentes e colaboradores são chamados a participar por meio da consulta direta, realizada eletronicamente através do Portal do Aluno, Portal do Professor e Portal do Colaborador, respectivamente. A participação é voluntária, mas sempre havendo incentivo, com ações de marketing, para que o maior número de alunos, professores e colaboradores possam participar.

Os formulários de avaliação, em suas respectivas dimensões, englobam questões dos grupos descritos abaixo onde se verifica os aspectos:

- Docentes: Coordenação do curso; Gestão de ensino, pesquisa e extensão; Gestão institucional e Acadêmica; Ações de política de formação e capacitação de docentes; Políticas de recursos humanos; Estrutura e Manutenção dos diversos espaços utilizados na IES e Serviços Prestados pelos segmentos que compõe a instituição.
- Discentes: Professores do curso; Investimentos realizados na IES; Ações Administradas previstas e implantadas na IES; Estrutura e Manutenção dos diversos espaços utilizados na IES e Serviços Prestados pelos segmentos que compõe a instituição.
- Técnico-Administrativo: Gestão Institucional e Acadêmica; Políticas de Recursos Humanos; Programas de Auxílio Financeiro aos Graduandos; Investimentos realizados na IES; Ações Administradas previstas e implantadas na IES; Estrutura e Manutenção dos diversos espaços utilizados na IES e Serviços Prestados pelos segmentos que compõe a instituição.

- Sociedade Civil: Conhecimento em relação aos serviços prestados pela IES; Qualidade dos Serviços Prestados pela IES à sociedade; Estrutura e Manutenção dos diversos espaços utilizados na IES.

A escala de mensuração é baseada no modelo das Escalas de Likert na qual o respondente indica uma nota que representa a sua percepção acerca de uma determinada atitude, ação, comportamento, etc, distribuídas em seis proposições, a saber: A: Excelente; B: Muito Bom; C: Bom; D: Regular; E: Ruim e F: Não sei opinar.

O processo de avaliação institucional acontece no segundo semestre de cada ano letivo e é uma construção coletiva da comunidade acadêmica e da sociedade civil, sendo possível promover uma dinâmica na participação dos diferentes sujeitos que compõem a instituição, conscientes de seus papéis e responsabilidades. Os resultados são socializados de forma transparente, a fim de conferir credibilidade ao processo, de modo a atingir padrões de desempenho e qualidade, considerados necessários para uma educação democrática, construtiva e emancipadora.

Os métodos e etapas utilizados no trabalho da Comissão Permanente de Avaliação durante o processo de avaliação são:

1º. Pesquisa aplicada à comunidade acadêmica e

sociedade civil;

2º. Tabulação dos dados;

3º. Análise dos resultados através das técnicas estatísticas;

4º. Consolidação dos dados e elaboração do relatório;

5º. Encaminhamento do relatório aos membros da Comissão e departamentos envolvidos no processo, de modo a promover reflexão que resultem na melhoria contínua;

6º. Elaboração dos planos de Ação pelos departamentos.

O plano de ação e estratégias para a melhoria da aprendizagem enviada pelos cursos avaliados tem como finalidade a análise dos apontamentos realizados pelos estudantes das FIFE na avaliação interna da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e é elaborado pelo NDE, sob a presidência coordenadora do curso.

Com base em resultados dessas avaliações (internas e externas) conduzidos pela CPA e utilizando metodologias de planejamento, as faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE podem melhorar sua qualidade de ensino; portanto possuir uma prática de gestão que alinhe processos de avaliação e planejamento é uma forma de ação sincronizada, que evidencia o amadurecimento da IES no que tange ao aprimoramento de sua gestão.

## 6. PROCESSOS DE GESTÃO

O planejamento dos processos de gestão se estrutura, entre outras ferramentas nos processos de autoavaliação e de avaliações externas como ferramentas imprescindíveis direcionando a IES a pensar a articulação existente entre o sistema de autoavaliação e os instrumentos de gestão, como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em síntese, a avaliação institucional, como ferramenta de gestão, possibilita avaliar a factibilidade das projeções do planejamento institucional com base nas ações praticadas anteriormente; executar mudanças imediatas de estratégias e ajustes de metas à medida que a avaliação indica a necessidade; planejar e executar as mudanças e fazer o seu acompanhamento para melhoria, visando atingir determinada situação futura desejada.

As autoavaliações têm papel fundamental no desenvolvimento e melhorias nas instituições e, dessa

forma, merecem destaque se usadas de forma efetiva como insumos para o planejamento da organização para uma gestão consistente que proporcione qualidade e sustentabilidade nas Instituições de Educação Superior (IES).

Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, a instituição reconstrói a imagem que tem de si, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam, seguido da construção de um plano de ação, isto é, definir os aspectos que podem ser melhorados. O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que essa visão é discutida por uma comissão externa nos atos de autorização, reconhecimento de curso e credenciamento da instituição. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação ao discutirem a visão que a instituição tem de si e apresentam recomendações

para seu desenvolvimento.

Com base em resultados dessas avaliações (internas e externas) conduzidos pela CPA e utilizando metodologias de planejamento, as Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFEs podem melhorar sua qualidade; portanto possuir uma prática de gestão que alinhe processos de avaliação e planejamento é uma forma de ação sincronizada, que evidencia

o amadurecimento da instituição no que tange ao aprimoramento de sua gestão. A utilização de resultados da autoavaliação como ferramenta efetiva durante o planejamento significa que esta IES se preocupa com o seu desenvolvimento, como demonstrado na tabela abaixo (dados referentes à autoavaliação ano 2021, conforme relatório finalizado em março de 2022);

RESULTADOS ALCANÇADOS		ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS
Fragilidades	Potencialidades	
Embora exista apoio para capacitação docente, a IES busca novas formas para melhorar a política institucional com esse propósito.	De acordo com o corpo docente as ações previstas/implantadas de Política de Formação e Capacitação Docente é vista como potencialidade. Considerando a Participação em eventos científicos/técnicos/culturais (95,5%); Capacitação (formação continuada) (94,57%); Qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes (95,65%). 2. Para os docentes da IES as Políticas de Recursos Humanos foram avaliadas como potencialidade levando em conta os aspectos de :Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente; Relacionamento entre os professores, colaboradores, direção e estudantes da Instituição; Ética nas discussões e relações internas; Satisfação com as atividades que desenvolve; Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade; Valorização enquanto profissional nas FIFE; Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal nas FIFE; Salário em relação à função exercida; Conhecimento dos descontos, benefícios salariais e convênios. 3. Os docentes, realizaram capacitação em metodologias didáticas e de avaliação continuada inovadoras, com o objetivo de aperfeiçoar os processos de ensino-aprendizagem. 4. A maioria do corpo docente tem, no mínimo, formação de pós-graduação lato sensu e experiência acadêmica/profissional	Incentivar e ampliar a capacitação dos docentes e técnico-administrativo. 2. Ampliar a divulgação da Política Institucional para a qualificação dos docentes e corpo técnico -administrativo na IES, de forma que os mesmos possam usufruir dos benefícios. 3. Oferecer cursos de capacitação específicos para cada setor.

	<p>adequadas às políticas constantes dos documentos oficiais da IES.</p> <p>5. O corpo técnico administrativo (87,5%) avalia como potencialidade o conhecimento da política das FIFE de qualificação profissional (estímulo à participação em cursos, treinamentos, palestras, programas de qualificação, especializações ou similares).</p>	
	<p>Os discentes apontaram como uma potencialidade os diferentes setores da IES (secretaria, portal do aluno, negociação, coordenação dos cursos, direção acadêmica, ouvidoria, central de estágio, biblioteca, setor financeiro e segurança) nos aspectos de acesso, organização, informação, agilidade, disponibilidade e disponibilização para atendimento.</p> <p>2. De acordo com 76,04% dos docentes a atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos em que ministra aulas é considerada uma potencialidade.</p> <p>3. A gestão instituição os docentes foi considerada uma potencialidade. Sendo que: Autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados (94,56%); Participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada (94,57%);</p>	<p>Incentivar o funcionamento e representatividade dos Conselhos Superiores, Colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios, tal como emanam o PDI e o Regimento Geral.</p> <p>2. Informar e conscientizar o corpo discente sobre a criação do Diretório Acadêmico previsto no PDI.</p> <p>3. Implantar uma política estratégica de Gestão da Comunicação e do Marketing, buscando valorizar a identidade da IES e incrementar a disseminação de informações que sensibilizem a sociedade organizada e os formadores de opinião para a importância da atuação da IES nos campos do ensino, pesquisa e extensão</p>
<p>Estudos a serem realizados com a ajuda do grupo de apoio à gestão com a finalidade identificar o perfil econômico dos alunos inadimplentes e constatar se as limitações econômicas para o cumprimento pontualidade de suas obrigações com a Instituição, o que origina o inadimplemento por parte destes.</p>	<p>Após a identificação da inadimplência como fator crítico para a gestão financeira, foi reestruturado o departamento de negociação e cobrança, com objetivo de recuperar os valores não recebidos, identificar a origem e a causa dos problemas financeiros apresentados pelo aluno e direcioná-lo para o departamento competente a fim de averiguar se este possui perfil para participar de algum dos programas de bolsa ofertados ou pleitear o financiamento estudantil (FIES).</p> <p>2. De acordo com a avaliação de 97,82% dos docentes a execução do planejamento financeiro em relação ao previsto no PDI para</p>	<p>Estruturar o orçamento previsto para o exercício por meio da elaboração e acompanhamento do planejamento financeiro, de forma que permita atingir os objetivos educacionais previstos no PDI, conciliar a gestão acadêmica e administrativa com o objetivo de garantir sua sustentabilidade.</p>

a gestão do ensino, pesquisa e extensão foi considerada uma potencialidade

O corpo técnico administrativo apontou como fragilidade o serviço de fotocópia. Um percentual de discentes (39,6%) apontaram que o serviço de fotocópia precisa ser melhorado em relação ao número de funcionários, espaço físico e agilidade no funcionamento. 2. Em relação ao quesito limpeza, iluminação, ventilação e conservação um percentual dos discentes apontaram alguns setores que precisam ser melhorados, sendo eles: 1. O discentes, os docentes e o corpo técnico administrativo da IES consideraram como uma potencialidade os diferentes ambientes das FIFE (Salas de aula, Laboratórios e cenários de práticas, Instalações sanitárias, Auditório, Instalações administrativas, Sala de atendimento aos estudantes, Áreas de convivência e alimentação, Serviço de Fotocópia e Central de Estágios) considerando os aspectos: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, quantidade, acessibilidade e conservação. 2. De acordo com os discentes (84,5%), os docentes (92,4%) e o corpo técnico administrativo (95,8%) a infraestrutura física da biblioteca atende às necessidades do campus, considerando os aspectos: tamanho, limpeza, 1. Modernizar e adequar a infraestrutura física • Melhorias da infraestrutura física a partir de levantamento das demandas existentes, priorizando as exigidas pelas normas de acessibilidade. • Melhorar a política de manutenção e reparos da estrutura física e de equipamentos. • Viabilizar uma política de atualização e aquisição sistemática de equipamentos e material Relatório de Autoavaliação Institucional CPA – Ano 2021 Fundação Educacional de Fernandópolis - FEF Faculdades

O discentes, os docentes e o corpo técnico administrativo da IES consideraram como uma potencialidade os diferentes ambientes das FIFE (Salas de aula, Laboratórios e cenários de práticas, Instalações sanitárias, Auditório, Instalações administrativas, Sala de atendimento aos estudantes, Áreas de convivência e alimentação, Serviço de Fotocópia e Central de Estágios) considerando os aspectos: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, quantidade, acessibilidade e conservação. 2. De acordo com os discentes (84,5%), os docentes (92,4%) e o corpo técnico administrativo (95,8%) a infraestrutura física da biblioteca atende às necessidades do campus, considerando os aspectos: tamanho, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação. 3. Com relação à Biblioteca Virtual Pearson e Periódicos 96,73% dos docentes avaliaram como uma potencialidade consideraram os quesitos quantidade de acesso, títulos relacionados às disciplinas do seu curso. 4. As instalações da IES possuem rampas de acesso para pessoas com deficiência física, sinalização em braille, sinalização de percurso (piso tátil). 5. Todos os ambientes são climatizados, têm equipamentos de segurança, quer nos laboratórios específicos, quer nas áreas em comum, com extintores de incêndio, chuveiros e outros. 6. Para o corpo técnico administrativo (91,7%), discentes (67%) e docentes (79,35%) os Departamento de Informática ou infraestrutura equivalente existentes atendem às necessidades institucionais considerando os aspectos: tamanho, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação.

Modernizar e adequar a infraestrutura física • Melhorias da infraestrutura física a partir de levantamento das demandas existentes, priorizando as exigidas pelas normas de acessibilidade. • Melhorar a política de manutenção e reparos da estrutura física e de equipamentos. • Viabilizar uma política de atualização e aquisição sistemática de equipamentos e material de consumo para os laboratórios. • Criar um projeto de captação de recursos para o recapeamento do asfalto e a melhoria da iluminação do estacionamento. • Programa de dedetização sistemática na IES. • Melhorar o refeitório dos colaboradores e criação de uma área de descanso. • Verificar a qualidade da água dos bebedouros. 2. Elaborar projetos de captação de recursos para implantação de novos laboratórios de informática e para investimento na infraestrutura necessária. 3. Ampliação da rede Wi-fi na IES e disponibilização da internet para todos da IES (docentes, discentes e colaboradores).

1. Incentivar o funcionamento e representatividade dos Conselhos Superiores, Colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios, tal como emanam o PDI e o Regimento Geral. 2. Informar e conscientizar o corpo discente sobre a criação do Diretório Acadêmico previsto no PDI. 3. Implantar uma política estratégica de Gestão da Comunicação e do Marketing, buscando valorizar a identidade da IES e incrementar a disseminação de informações que sensibilizem a sociedade organizada e os formadores de opinião para

Integradas de Fernandópolis - FIFE\_ 69 salas de aula (21,5%); instalações sanitárias (21,7%); áreas de convivência (19,4%): limpeza das cantinas, iluminação nas ruas, principalmente no acesso as clínicas, recapeamento do asfalto, iluminação do estacionamento dos ônibus, wi-fi no campus. 3. Em relação aos laboratórios de informática, 33% dos discentes apontaram a necessidade de melhorias na infraestrutura física e de mobiliários, bem como, na qualidade dos equipamentos (computadores e softwares). iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação. 3. Com relação à Biblioteca Virtual Pearson e Periódicos 96,73% dos docentes avaliaram como uma potencialidade consideraram os quesitos quantidade de acesso, títulos relacionados às disciplinas do seu curso. 4. As instalações da IES possuem rampas de acesso para pessoas com deficiência física, sinalização em braile, sinalização de percurso (piso tátil). 5. Todos os ambientes são climatizados, têm equipamentos de segurança, quer nos laboratórios específicos, quer nas áreas em comum, com extintores de incêndio, chuveiros e outros. 6. Para o corpo técnico administrativo (91,7%), discentes (67%) e docentes (79,35%) os Departamento de Informática ou infraestrutura equivalente existentes atendem às necessidades institucionais considerando os de consumo para os laboratórios. • Criar um projeto de captação de recursos para o recapeamento do asfalto e a melhoria da iluminação do estacionamento. • Programa de dedetização sistemática na IES. • Melhorar o refeitório dos colaboradores e criação de uma área de descanso. • Verificar a qualidade da água dos bebedouros. 2. Elaborar projetos de captação de recursos para implantação de novos laboratórios de informática e Relatório de

a importância da atuação da IES nos campos do ensino, pesquisa e extensão Relatório de Autoavaliação Institucional CPA – Ano 2021. seus membros (93,47%); Realização e registro de reuniões. 4. (92,5%); Imagem das FIFE na sociedade e no meio acadêmico e satisfação em fazer parte da instituição (97,83%); Funcionamento administrativo das FIFE (97,81%); Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração das FIFE (96,74%). 5. A instituição tem avançado no sentido de assegurar que as propostas de políticas na IES sejam direcionadas adequadamente para cada órgão de sua estrutura organizacional, assegurando assim, além de democracia, representatividade no processo de tomada de decisão dentro da IES. 6. A atual estrutura organizacional descrita nos documentos oficiais revela a necessária participação dos segmentos constitutivos da comunidade acadêmica, haja vista a presença dos técnico-administrativos nos processos decisórios e o aumento da representatividade discente nos conselhos deliberativos.

Autoavaliação Institucional CPA – Ano 2021. Em relação aos laboratórios e cenários de práticas, 22,9% dos discentes apontaram a necessidade de melhorias. Sendo o maior destaque para as clínicas integradas: - ar condicionado nas salas de atendimento; ventilação nas salas de atendimento; mobiliário; iluminação inadequada; quantidade de laboratórios para práticas; pintura.

Fonte: Relatório Integral de Autoavaliação Institucional 2021.

Cabe ressaltar que várias fragilidades apontadas no Relatório Integral Anual do ano de 2021 já foram solucionadas pela gestão da IES.

## 7. DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

Considerando a última avaliação in loco realizada em 2013 e considerando todas as avaliações internas e externas ocorridas até o presente momento, vale destacar a evolução alcançada pelas FIFE por meio da associação, já demonstrada, entre os processos de avaliação e os processos de gestão.

A partir de 2017, com base no novo PDI e nas avaliações, as FIFE passaram por profundas modificações na gestão, que culminaram na melhoria de diversas áreas da instituição. E, com a elaboração do novo PDI 2022-2026, coroou-se a utilização das avaliações como verdadeiras ferramentas de gestão, compondo indicadores, ações estratégicas e servindo como parâmetro de priorização em decisões gerenciais. A evolução institucional se comprova e aparece por meio dos resultados das avaliações externas realizadas pelo Inep junto à instituição:

A partir de ações implementadas, as FIFE alcançam em todos os seus cursos de graduação elevação nos conceitos avaliados. A Instituição passou a pautar o processo de planejamento e execução de ações de melhoria de seus cursos de graduação a partir dos resultados das avaliações in loco.

O curso de Farmácia, conta em seu histórico com altos índices nas avaliações ENADE, alcançando ENADE 4 nos anos de 2013, 2016 e 2019, culminando com CPC nota 5 em 2019.

Os cursos de Fonoaudiologia, Letras, Administração

e Ciências Biológicas alcançaram nota ENADE 4 nos últimos ciclos avaliativos.

Os cursos de Biomedicina, Letras, Enfermagem, Curso Superior Tecnológico em Estética e Cosmética, História, Matemática, Sistemas de Informação, Administração e Fonoaudiologia, obtiveram conceito 4 no Conceito Preliminar do Curso (CPC) nos últimos ciclos avaliativos.

Os cursos de Nutrição e Química (2017), Biomedicina e Curso Superior Tecnológico em Estética e Cosmética (2018), Comunicação Social e Fonoaudiologia (2019) e Arquitetura e Urbanismo (2022) alcançaram nota 4 no Conceito de Curso (CC).

Os cursos de Direito e Publicidade e Propaganda (ano de 2021), obtiveram nota 5 no Conceito de Curso (CC).

As FIFE intensificam a ação de sensibilização dos alunos e de capacitação dos coordenadores, resultando em CPCs positivo em todos os cursos avaliados. As FIFE iniciam a preparação de suas instâncias internas para o Recredenciamento Institucional na Modalidade presencial e Credenciamento EAD.

Os primeiros e mais importantes passos para transformar a avaliação em uma cultura institucional já foram dados. Agora, é necessário continuar a integrar todos os processos avaliativos e incorporá-los ao dia a dia de nossa instituição.



**fef**

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL  
DE FERNANDÓPOLIS**

